



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROJETO BÁSICO Nº 16/2021 - PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES

1 - INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, IX, e 7º, § 2º, I e §§ 6º e 9º, ambos da Lei 8.666/93, elaboramos o presente Projeto Básico, por inexigibilidade de licitação, com base na Decisão Plenária n. 439/98 do Tribunal de Contas da União.

2 - DESCRIÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para a realização da palestra com o tema "**O que podemos fazer agora para futuros sustentáveis**" para os servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e dos órgãos parceiros que compõe a ECOLIGA/RO, quais sejam: TJ/RO; TRT 14ª Região, TRF 1, MP/RO; MPT; MPF, DPU/RO, TCE/RO e UNIR, .

A palestra será por meio de transmissão YouTube da Emeron, no dia 29 de junho de 2021, das 10h às 11h30, com carga horária de uma hora e meia, sendo uma hora de exposição e meia hora para interação com o público alvo.

2.1 Dados da instituição promotora

Razão Social: Claudia Deheinzelin ME

CNPJ: 27.470.375/0001-71

Endereço: Rua Dr. Cícero de Alencar, 69 - casa 1, São Paulo/SP

Contato: Dina Cardoso

E-mail: lala@criefuturos.com.br



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tel: (11)97348-6059

Dados Bancários: SICREDI, Cooperativa: 0726, Conta Corrente: 53288-7

2.2. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

O tema a ser abordado está indicada na proposta (evento SEI [0695446](#))

2.3. PÚBLICO-ALVO

Servidores do TRE/RO e dos órgãos parceiros que compõem a ECOLIGA/RO.

3 - JUSTIFICATIVA:

3.1. Da Necessidade:

Trata-se de evento solicitado pelo Núcleo Socioambiental, para cumprimento das ações planejadas no Plano de Logística Sustentável 2020-2025 deste regional e também para cumprimento de ação disposta no Planejamento Estratégico da ECOLIGA/RO (evento [0688607](#)).

A palestra faz parte da programação do I Seminário de Sustentabilidade da ECOLIGA de Rondônia, e tem como foco situar os participantes e proporcionar uma melhor compreensão do momento presente, sensibilizando-os para a criação de futuros desejáveis, ampliando a percepção para suas oportunidades e perceber que a sustentabilidade é uma decorrência da percepção de interdependência.

Esta ação atende parcialmente as capacitações sobre o tema propostas no PAC-2021.

3.2. Da inexigibilidade de Licitação:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A inexigibilidade de licitação se respalda no **Acórdão 439/1998 – Plenário**, do Tribunal de Contas da União, que assim decidiu:

“Considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem assim a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/1993”.

3.2.1. Da singularidade do serviço:

É um evento que versa sobre conteúdo específicos sobre sustentabilidade, onde a aplicação dos conceitos nela envolvidos dependerá da cultura organizacional, da reação dos participantes aos conteúdos apresentados, do momento e das características pessoais, da interação entre palestrante e servidores. A intervenção pessoal da palestrante é determinante para a obtenção dos resultados esperados. Tem-se como premissa em casos como esses que o objeto é de natureza **singular**, posto não ser repetível e os resultados obtidos com a sua contratação estão amplamente sujeitos às variáveis do ambiente.

3.2.2. Da escolha do notório especialista:

Para a execução do presente objeto, optou-se pela palestrante **Lala Deheizelin**.

A palestrante é considerada umas das quatro principais futuristas da América Latina e Central. Foi indicada como uma das 100 mulheres do mundo que estão cocriando a nova sociedade e a economia. Pioneira da Economia Criativa e Colaborativa, trabalhou em diversos setores e escalas, assessorando processos de inovação na Organização das Nações Unidas (ONU), governos, empresas e ONGs. Em 2008 fundou o Movimento Crie Futuros, um dos primeiros a falar de futuros desejáveis, apresentado como case de inovação em nove países. Sua vasta e diversa experiência em todas as escalas da tomada de decisão resultou na Fluxonomia 4D, metodologia aplicada ao design de soluções, inovação e melhoria de processos. É autora de Novas Economias Viabilizando Futuros



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Desejáveis (2019), Desejável Mundo Novo (2012) e coautora de diversas compilações sobre Economia Criativa e Colaborativa no Brasil, México, Argentina e Colômbia.

Sua experiência como palestrante e instrutora em treinamentos nos temas de futuros desejáveis e sustentabilidade, a qualificam como **notório especialista** na matéria.

Nessa conformidade, considerando que a escolha, segundo o teor do §1º, do art. 25, insere-se no campo da discricionariedade, entende-se que o escolhido reúne todas as condições e atributos que permitem inferir que o mesmo é o mais adequado à plena satisfação dos objetivos colimados.

3.3. DO ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS – A capacitação contribui para a consecução do objetivo estratégico: **aperfeiçoamento da gestão de pessoas**, conforme disposto no Planejamento Estratégico em vigor

4 – DO VALOR

O valor a ser contratado é de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Dispõe o art. 15, inciso V, da Lei 8.666/93, que as compras, sempre que possível, deverão balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública. Determina, ainda, o art. 43, inciso IV, dessa lei, que os preços da proposta vencedora deverão estar de acordo com aqueles praticados pelo mercado.

Para comprovação de compatibilidade do valor proposto com os praticados pela empresa para o mercado, solicitamos o envio de Notas Fiscais de palestras realizadas em 2021, registradas nos eventos [0693118](#), [0695403](#) e [0695405](#), cujos valores resultaram em uma média de R\$ 10,033,33 (dez mil, trinta e três reais e trinta e três centavos). Sendo o valor proposto **compatível** com o praticado tanto para empresas privadas quanto para organizações públicas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

CATEGORIA	Ordinário
AGREGADOR	Integração e Capacitação dos Servidores
DESPESA AGREGADA	Contratação de empresas na área de treinamento, conforme Plano Anual de Capacitação
PLANO INTERNO	RO CAPPAC
VALOR	R\$ 8.000,00 (oito mil reais)

6- DO PAGAMENTO

A Contratante efetuará o pagamento, após o encerramento da capacitação, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento dos certificados e nota fiscal, devidamente atestada pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento deste TRE/RO, aplicadas as retenções legais.

7- DO CONTRATO

I - O Contrato será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.

II - Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa a adjudicatária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

III - A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho de Despesa e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela adjudicatária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela adjudicatária.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - A adjudicatária poderá retirar a Nota de Empenho de Despesa, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

V - Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução pela adjudicatária.

VI - O descumprimento injustificado pela adjudicatária das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, sujeitando-se, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 62, § 2º c/c 81 da Lei n. 8.666/93).

8- DAS OBRIGAÇÕES DO TRE

São obrigações do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia:

1. Disponibilizar equipamentos e demais insumos necessários para acesso dos servidores à palestra, por se tratar de capacitação no modelo telepresencial, pela internet;
2. Definir, juntamente com o palestrante, os temas a serem abordados, horários e tecnologias a serem utilizadas;
3. Garantir a disponibilidade do público-alvo no horário definido para o evento;
4. Pagar à empresa contratada pela execução do serviço, conforme dispõe o § 3º do art. 5º da Lei n. 8666/93, até cinco dias após a o recebimento dos certificados de participação e da fatura;
5. Avaliar a qualidade do treinamento realizado;
6. Copartilhar o evento com os parceiros da Ecoliga;
7. Monitorar a execução no ambiente disponibilizado pela Emeron, do Tribunal de Justiça de Rondônia;
8. Garantir a retirada do vídeo do YouTube após 7 dias do evento.

9- DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA

São obrigações da empresa contratada:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. Garantir a realização da Palestra, conforme descrito na proposta em anexo ([0695446](#)), no dia 29/06/2021;

2. Manter-se regular, desde a contratação até a data do pagamento dos serviços realizados, a documentação comprobatória de sua adimplência com a Fazenda Pública/ Seguridade Social (certidão negativa de débitos), com o FGTS (certificado de regularidade de situação), com o CNJ (Certidão Negativa de Improbidade Administrativa) e perante a Justiça Trabalhista;

3. Apresentar fatura referente ao serviço realizado, para fins de pagamento pelo Tribunal, no prazo de até 10 (dez) dias após a entrega dos certificados.

10 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços, será aplicada multa de mora à empresa contratada de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso no cumprimento das obrigações previstas no item 9, podendo o atraso superior a 02 (dois) dias ser considerado inexecução do contrato.

A aplicação das sanções obedecerá ao procedimento disciplinado pela IN TRE/RO n. 004/08, disponível no sítio eletrônico do Tribunal, com cabimento de recursos ou pedido de reconsideração.

Pela inexecução total ou parcial do serviço objeto deste Projeto Básico, a Administração poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Se a empresa contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 05 (cinco) dias a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa SELIC, com fundamento no art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011.

Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União. As multas previstas nesta seção não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros.

11 – DAS GARANTIAS

Em decorrência das peculiaridades do objeto não se exigirá garantias.

12 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços deverá ocorrer em observância ao tema proposto no dia 29/6/2021.

13 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A gestão e a fiscalização deste procedimento serão realizadas pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento – COEDE.

Os procedimentos de fiscalização ocorrem em três fases temporais:

1. Antes da execução do evento será verificada:
 - a) a confirmação do evento no prazo definido;
 - b) a regularidade fiscal da empresa.
2. Durante a execução do evento verifica-se:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a) a presença do instrutor;
- b) a regularidade das aulas;
- c) o cumprimento dos horários;
- d) o fornecimento dos materiais;
- e) demais itens inclusos na contratação.

3. Após a execução do evento verifica-se:

- a) o cumprimento da carga-horária;
- b) a avaliação do evento pelos participantes;
- c) a emissão dos certificados;
- d) Envio da Nota Fiscal para efetivação do pagamento.

Os demais procedimentos de gestão e fiscalização do contrato seguem as normas estabelecidas pela IN 04/2008-TRE/RO.

14 – DOS ANEXOS

a) Documentação da empresa, comprovando a regularidade junto à Receita Federal/ INSS, ao FGTS, ao CNJ e à Justiça Trabalhista, (Eventos [0692135](#), [0692136](#), [0692138](#) e 6921139) , portanto apta a contratar com a Administração Pública.

b) Proposta (Evento [0695446](#)).



Documento assinado eletronicamente por **ELZA MARIA SANZOVO GRANO, Chefe de Seção**, em 26/05/2021, às 14:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0001805-91.2021.6.22.8000

INTERESSADO: COEDE

ASSUNTO: Contratação de palestra para compor o evento Seminário de Sustentabilidade, promovido pela Ecoliga de Rondônia.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PARECER JURÍDICO Nº 66 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COEDE) - [0691004](#) - objetivando a contratação junto a empresa **CLAUDIA DEHEINZELIN ME, CNPJ: 27.470.375/0001-71**, da palestra com o tema "**O que podemos fazer agora para futuros sustentáveis**" para os servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e dos órgãos parceiros que compõe a ECOLIGA/RO - TJ/RO, TRT 14ª Região, TRF 1, MP/RO, MPT, MPF, DPU/RO, TCE/RO e UNIR - para compor o evento Seminário de Sustentabilidade, promovido pela Ecoliga de Rondônia, nos termos do Despacho da Diretoria Geral contido no evento [0688956](#) e de acordo com o Plano Anual de Capacitações e o Planejamento Estratégico da Ecoliga, PA [0001375-81.2017.6.22.8000](#).

02. A palestra será por meio de transmissão YouTube da Emeron, no dia 29 de junho de 2021, das 10h às 11h30, com carga horária de uma hora e meia, sendo uma hora de exposição e meia hora para interação com o público alvo.

03. A Solicitação de Contratação nº 32 ([0691691](#)), na qual a COEDE consta como unidade solicitante e demandante, foi submetida ao secretário da Secretaria de Administração, Orçamento, Finança e Contabilidade (SAOFC), o qual autorizou a elaboração do estudo técnico preliminar e o Projeto Básico - PB da pretensa contratação, consoante Despacho nº 769/2021 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0691732](#)).

04. Com isso, elaborou-se o Estudo Técnico Preliminar para Dispensas e Inexigibilidades de Licitação - ETP ([0692143](#)) e o Projeto Básico nº 16/2021 – PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES ([0695448](#)), no qual informa, em seu tópico 4, o custo da despesa em **R\$ 8.000,00** (oito mil reais). Ainda, o referido PB apresenta a descrição do objeto, justificativa, valor, aderência ao planejamento orçamentário, forma de pagamento, as obrigações do TRE, as obrigações da contratada, as sanções administrativas, prazo de execução, indicação da SEDES para gestão e fiscalização da contratação e descrição dos anexos (documentos de regularidade fiscal, proposta da contratada– [0695446](#)).

05. Para instruir o feito, juntou-se aos autos a regularidade fiscal da empresa promotora do evento junto ao FGTS ([0692135](#)), Receita Federal ([0692136](#)), Justiça do Trabalho ([0692138](#)) e CNJ ([0692139](#)), demonstrando estar apta a contratar com a administração pública.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

06. O Projeto Básico 16 foi enviado ([0695572](#)) para a ciência dos seus termos pelo representante da empresa proponente ([0695664](#)).

07. Em observância ao Despacho nº 837/2021 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0696767](#)), a Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP), unidade responsável pela avaliação de projeto básico e termo de referência - nos termos do art. 7º, § 2º, da lei nº 8.666/93 e do art. 17, V da Instrução Normativa TRE nº 004/08, analisou o Projeto Básico 16 ([0695448](#)) e conclui por sua regularidade ([0697681](#)).

08. Por sua vez, a Seção de Programação Orçamentária e Financeira (SPOF) juntou aos autos a Programação Orçamentária ([0698228](#)), no valor de **R\$ 8.000,00** (oito mil reais), para custear a despesa, oportunidade em que a SPOF informou que: *"Em cumprimento ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo art., ambos da LC nº 101/2000 – LRF, informa-se que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro."*

09. Assim instruídos, vieram os autos para análise desta unidade Jurídica. **É o breve e necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

10. Inicialmente, merece esclarecer que, embora recentemente recepcionada pelo mundo jurídico, a *novel* Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei n. 14.133, publicada em 1º de abril de 2021, tem em seu artigo 191 c/c 193, a permissão para a utilização da Lei n. 8.666/93 até o decurso do prazo de 02 (dois) anos, contados da data de sua publicação, momento este - 1º/04/2023 – em que ocorrerá a revogação da Lei 8.666/93. Nesse sentido, o presente procedimento adota as regras da lei geral de licitações anterior, porém ainda vigente.

11. Pois bem, a Constituição Federal, no seu art. 37, inciso XXI, estabelece a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório nas contratações feitas pelo Poder Público. Todavia, o próprio comando constitucional delegou à legislação infraconstitucional a previsão de **exceções** à regra geral, *in verbis*:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (sem grifo no original)

12. Não por outro motivo, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, disciplinou, em conformidade com a Carta Política, as situações de dispensa (art. 24) e inexigibilidade (art. 25) do certame competitivo.

13. Desse modo, tratando-se de pretensão da Administração na contratação de **serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal**, situação definida pela Lei n. 8.666/93 em seu **art. 13, inciso VI, em princípio**, está caracterizada a situação de inexigibilidade competitiva prevista no **inciso II do art. 25**. Veja-se:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

[...]

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de **natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização**, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação; (**negritou-se**).

14. Observe-se que a regra legal transcrita **não é genérica**. Pelo contrário, o legislador estabeleceu expressamente as situações específicas para as quais entendeu serem obrigatórias para a inexigibilidade de licitação a contratação de serviços técnicos enumerados pelo **art. 13** da Lei n. 8.666/93. Da previsão legal, retiram-se os seguintes requisitos: **a) natureza singular; b) prestação por profissionais ou empresas de notória especialização**.

15. Quanto à **singularidade**, verifica-se que este requisito está demonstrado pelos elementos trazidos aos autos, visto que o evento de capacitação foi formatado para atender à necessidade específica da ECOLIGA/RO da qual esta Justiça Especializada faz parte, tornando-o único, incomum.

16. Sobre este requisito, veja-se a lição de **Jacoby**:

Singular é a característica do objeto que o individualiza, distingue dos demais. É a presença de um atributo incomum na espécie, diferenciador. A singularidade não está associada à noção de preços, de dimensões, de localidade, de cor ou de forma.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Fernandes JU Jacoby – Contratação direta sem licitação, 7º ed, Belo Horizonte, Fórum, 2007, p. 596)

17. E, de tal jaez é a posição consolidada pela Corte de Contas (Acórdão TCU n. 1568/2003 – 1ª Câmara):

(...) A singularidade, esta sim, é quem efetivamente dá causa a que se torne inviável licitar.

A inviabilidade de competição que dá ensejo à possibilidade de se inexigir a licitação reside na singularidade da contratação. O que não implica dizer que os serviços sejam de natureza singular. O que confere legitimidade ao procedimento adotado com arrimo no art. 25, II, c/c art. 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, é a singularidade que permeia a situação específica.

18. Como registrado no acórdão acima transcrito, as decisões mais recentes do TCU caminham no sentido da demonstração da singularidade, tão somente para caracterizar a inexigibilidade competitiva para a contratação desse tipo de serviço técnico. Todavia, mesmo que assim não fosse, há nos autos comprovação da **notória especialização da empresa a ser contratada atendendo à saciedade a exigência estatuída pelo art. 25, § 1º da Lei n. 8.666/93, *verbis*:**

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

[...]

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

19. Referida comprovação, por sua vez, também atende à recomendação contida em decisões majoritárias do TCU, todas exigindo a demonstração de ambos os requisitos, vg:

Decisão TCU n. 103/98 – Plenário:

1.6 - somente realize a contratação sem licitação com base na notória especialização do contratado (art. 25, II, da Lei nº 8.666/93) quando houver inviabilidade de competição entre possíveis interessados, configurando-se simultaneamente a singularidade do objeto e a notoriedade da contratada na execução do serviço específico desejado, a qual não será subcontratada, caso em que se caracterizaria a inviabilidade de competição.

20. Em arremate, releva transcrever ementa do voto do Ministro Eros Grau, proferido nos autos da Ação Penal AP 348/SC. Tal voto foi seguido por todos os membros do Plenário do Supremo Tribunal Federal – STF:

EMENTA: AÇÃO PENAL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE ADVOGADOS FACE AO CAOS ADMINISTRATIVO HERDADO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL SUCEDIDA. LICITAÇÃO. ART. 37, XXI DA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. DISPENSA DE LICITAÇÃO NÃO CONFIGURADA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CARACTERIZADA PELA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTRATADOS, COMPROVADA NOS AUTOS, ALIADA À CONFIANÇA DA ADMINISTRAÇÃO POR ELES DESFRUTADA. PREVISÃO LEGAL. A hipótese dos autos não é de dispensa de licitação, eis que não caracterizado o requisito da emergência. Caracterização de situação na qual há inviabilidade de competição e, logo, inexigibilidade de licitação. 2. "Serviços técnicos profissionais especializados" são serviços que a Administração deve contratar sem licitação, escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, Administração, deposite na especialização desse contratado. Nesses casos, o requisito da confiança da Administração em quem deseje contratar é subjetivo. Daí que a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços - procedimento regido, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo - é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do "trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato" (cf. o § 1º do art. 25 da Lei 8.666/93). O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança. Há, no caso concreto, requisitos suficientes para o seu enquadramento em situação na qual não incide o dever de licitar, ou seja, de inexigibilidade de licitação: os profissionais contratados possuem notória especialização, comprovada nos autos, além de desfrutarem da confiança da Administração. Ação Penal que se julga improcedente. (DJ 03/08/07 p.30). (sem grifo no original).

21. Embora se trate de capacitação que pode ser contratada diretamente, a Lei n. 8.666/93 estabelece a observância de alguns **requisitos legais de caráter genérico** aplicáveis a todas as contratações diretas, quais sejam: **a)** a razão da escolha do fornecedor; e **b)** a justificativa do preço. Veja-se:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

[...]

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998).

22. As exigências dos incisos I e IV são inaplicáveis ao caso em exame. Já a **escolha do fornecedor** e a **justificativa do preço** estão **demonstradas de forma satisfatória** pelas razões expostas no Projeto Básico 16 (0695448), esclarecendo a singularidade do serviço e a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

vantajosidade da proposta da contratada, compatível aos padrões contratados por este Tribunal em outros eventos de treinamento. A unidade apresentou a seguinte justificativa para a necessidade da contratação no item 3 e do PB 16 ([0695448](#)):

3.1. Da Necessidade:

Trata-se de evento solicitado pelo Núcleo Socioambiental, para cumprimento das ações planejadas no Plano de Logística Sustentável 2020-2025 deste regional e também para cumprimento de ação disposta no Planejamento Estratégico da ECOLIGA/RO (evento [0688607](#)).

A palestra faz parte da programação do I Seminário de Sustentabilidade da ECOLIGA de Rondônia, e tem como foco situar os participantes e proporcionar uma melhor compreensão do momento presente, sensibilizando-os para a criação de futuros desejáveis, ampliando a percepção para suas oportunidades e perceber que a sustentabilidade é uma decorrência da percepção de interdependência.

Esta ação atende parcialmente as capacitações sobre o tema propostas no PAC-2021.

III – CONCLUSÃO

23. Pelo exposto, e por tudo o mais que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina:

a) pela possibilidade de **contratação direta com a empresa CLAUDIA DEHEINZELIN ME, CNPJ: 27.470.375/0001-71**, para a realização da palestra com o tema "**O que podemos fazer agora para futuros sustentáveis**" para os servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e dos órgão parceiros que compõe a ECOLIGA/RO - TJ/RO, TRT 14ª Região, TRF 1, MP/RO, MPT, MPF, DPU/RO, TCE/RO e UNIR - no dia 29 de junho de 2021, das 10h às 11h30, com carga horária de uma hora e meia, sendo uma hora de exposição e meia hora para interação com o público alvo, por meio de transmissão YouTube da Emeron, para compor o evento Seminário de Sustentabilidade, promovido pela Ecoliga de Rondônia, nos termos do Despacho da Diretoria Geral contido no evento [0688956](#) e de acordo com o Plano Anual de Capacitações e o Planejamento Estratégico da Ecoliga, PA [0001375-81.2017.6.22.8000](#)., com fundamento no **art. 25, II c/c art. 13, VI**, ambos da **Lei n. 8.666/93**, e, ainda, nos precedentes da Corte de Contas citados neste parecer e, notadamente, na **Decisão TCU n. 439/1998-Plenário**; e,

b) pela regularidade do **Projeto Básico n. 16/2021 - PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES** ([0695448](#)), visto estar de acordo com as disposições do **art. 6º, IX da Lei n. 8.666/93**, no que for aplicável, podendo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ser aprovado pela autoridade superior, para os efeitos do **art. 7º, inciso I, § 2º, inciso I c/c § 9º, da Lei de Licitações**.

24. Embora se trate de serviço, considerando a forma usual de contratação desses eventos, entende-se **dispensada a formalização de contrato**, substituído, no caso, pela nota de empenho nos termos do art. 62 da Lei n. 8.666/93, instrumento **idôneo e suficiente** para regular a relação contratual, sendo de boa prática o envio de cópia do Projeto Básico à empresa contratada - ato já demonstrado nos autos ([0695572](#) e [0695664](#)).

25. Por fim, com precedente no **Acórdão TCU n. 1336/06-Plenário**, entende-se **desnecessária a publicação na imprensa oficial**, para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26, da Lei Geral de Licitações e Contratos, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal. Contudo, em homenagem ao princípio da publicidade, constante no art. 37 da Constituição Federal, nada impede que seja feita também a publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJE.

À consideração da unidade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 08/06/2021, às 17:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0001805-91.2021.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

ASSUNTO: Contratação de palestra para compor o evento "Seminário de Sustentabilidade", promovido pela Ecoliga de Rondônia.

DESPACHO Nº 717 / 2021 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento - COEDE, visando a contratação junto a empresa CLAUDIA DEHEINZELIN ME, CNPJ: 27.470.375/0001-71, da palestra com o tema "O que podemos fazer agora para futuros sustentáveis" para os servidores do Tribunal Regional



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Eleitoral de Rondônia e dos órgãos parceiros que compõe a ECOLIGA/RO - TJ/RO, TRT 14ª Região, TRF 1, MP/RO, MPT, MPF, DPU/RO, TCE/RO e UNIR - para compor o evento Seminário de Sustentabilidade, promovido pela Ecoliga de Rondônia ([0691004](#))

Carreou-se aos autos a Solicitação de Contratação ([0691691](#)), Estudo Técnico Preliminar para Dispensa e Inexigibilidade de Licitação ([0692143](#)) e o Projeto Básico ([0695448](#)), que estima o valor da contratação em R\$ 8.000,00 (oito mil reais), conforme item 4.

A regularidade fiscal e trabalhista da empresa foi comprovada pela certidão de tributos federais ([0692136](#)); certidão de obrigações trabalhistas ([0692138](#)); certidão do CNJ ([0692139](#)) e certidão FGTS ([0692135](#)).

A COMAP concluiu pela regularidade do PB, complementado pela proposta juntada no evento [0695446](#), por estar em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei nº 8.666/93, e manifestou-se pela adjudicação do objeto à referida empresa ([0697681](#)).

A COFC/SPOF juntou aos autos a Programação Orçamentária [0698228](#), registrando que a despesa pretendida está adequada orçamentária e financeiramente com a LOA, PPA e LDO referentes a este exercício financeiro.

Instada, a AJDG opinou pela possibilidade de contratação direta da empresa, com fundamento no art. 25, II, c/c art. 13, VI, ambos da Lei nº 8.666/93 e precedentes do TCU; regularidade do projeto básico; pela dispensa da formalização de contrato, substituindo-o pela nota de empenho, nos termos do art. 62 da referida lei; e pela desnecessidade da publicação da publicação na imprensa oficial, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal. Contudo, ressaltou que nada impede que seja feita a publicação no Diário da Justiça Eletrônico ([0700404](#)).

A SAOFC reconheceu a situação de inexigibilidade de licitação e se manifestou pela aprovação do ETP e do projeto básico; autorização da despesa, de forma direta, por inexigibilidade de licitação; contratação direta da empresa, desde que haja atualização prévia dos documentos de habilitação antes da efetivação da contratação; e pela publicação da dispensa apenas no DJE, em prestígio ao princípio da publicidade ([0700506](#)).

Primeiramente, cumpre registrar que o presente procedimento adota as regras da Lei nº 8.666/93, ainda vigente,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

tendo em vista que a *novel* Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei nº 14.133, publicada em 1º de abril de 2021, tem em seu artigo 191 c/c 193, a permissão para a utilização da lei geral de licitações anterior até o decurso do prazo de 02 (dois) anos, contados da data de sua publicação, momento este - 1º/04/2023.

Compulsando os autos, por se tratar de contratação de serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, situação definida pela Lei nº 8.666/93, em seu art. 13, inciso VI, em princípio, está caracterizada a situação de inexigibilidade competitiva prevista no inciso II do art. 25, nos termos do Parecer Jurídico AJDG [0700404](#).

Quanto à singularidade do objeto a ser contratado, verifica-se que este requisito está demonstrado pelos elementos trazidos aos autos, visto que o evento de capacitação foi formatado para atender à necessidade específica da ECOLIGA/RO da qual esta Justiça Especializada faz parte, tornando-o único, incomum. Consta, ainda, comprovação da notória especialização da empresa a ser contratada, atendendo à exigência estatuída pelo art. 25, § 1º da Lei n. 8.666/93.

Quanto à escolha do fornecedor e a justificativa do preço, estão demonstradas de forma satisfatória pelas razões expostas no Projeto Básico 16 ([0695448](#)), esclarecendo a singularidade do serviço e a vantajosidade da proposta da contratada, compatível aos padrões contratados por este Tribunal em outros eventos de treinamento.

Pelo exposto, com base nas atribuições conferidas pela Portaria GP nº 66/2018, esta Diretora-Geral **RATIFICA** a inexigibilidade, reconhecida pela SAOFC e prevista no art. 25, II da Lei de Licitações e Contratos e, por consequência:

1. Aprova o Estudo Técnico Preliminar ([0692143](#)) e o Projeto Básico 16 ([0695448](#)), pois possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso IX e alíneas, do art. 6º, IX, c/c art. 7º, I, e art. 14 da Lei nº 8.666/93;

2. Autoriza a despesa, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, II, c/c art. 13, VI, ambos da Lei nº 8.666/93;

3. Dispensa a formalização de contrato, substituído pela nota de empenho, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93, sendo instrumento idôneo e suficiente para regular a relação contratual;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4. Adjudica o objeto à empresa Claudia Deheinzelin ME, CNPJ: 27.470.375/0001-71, e autoriza a emissão de Nota de Empenho, em seu favor, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais); e

5. Determina a publicação da dispensa apenas no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, em respeito ao princípio da publicidade, uma vez que o valor da contratação situa-se nos patamares da dispensa legal, com fulcro no Acórdão TCU nº. 1336/06 - Plenário.

À SAOFC para a continuidade dos atos necessários à contratação objeto destes autos, condicionada à atualização prévia dos documentos de habilitação.

À SGP para conhecimento e demais tratativas em seu âmbito de atuação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 17/06/2021, às 20:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0701078** e o código CRC **B6ADB137**.